



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

## **XXVII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS** **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2023**

### **A Educação Quilombola e o Documento do PME: Desafios das políticas públicas inclusivas em Feira de Santana**

**Rafaela Santos Brito<sup>1</sup>; Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante** <sup>2</sup>;

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [rafa75brito@gmail.com](mailto:rafa75brito@gmail.com)
2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [lud.cavalcante@uefs.br](mailto:lud.cavalcante@uefs.br)

**PALAVRAS-CHAVE: Plano Municipal de Feira de Santana; Educação do Campo; Educação Quilombola.**

### **INTRODUÇÃO**

Os Planos Municipais visam dialogar com suas realidades locais e regionais, buscando retratar de forma propositiva os debates e anseios da sociedade frente aos desafios estruturantes de organização do sistema educacional municipal, levando em conta as premissas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Estudar estes planos nas esferas nacionais, estaduais e municipais é um passo importante para compreender como as ações do estado emergem enquanto resultado de um processo de negociação /disputa de interesses e projetos difusos pautados nas contradições de uma sociedade capitalista historicamente desigual, que encontra na educação uma dimensão importante para a manutenção da sua hegemonia.

Os PMEs são pensados para dialogar e buscar uma consonância com o movimento de consolidação do PNE, aprovado pela Lei nº 13.005 de 2014 visando estabelecer as diretrizes para as políticas públicas de educação no período de dez anos a partir de 20 metas e estratégias em âmbito nacional para a educação.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o Plano Municipal de Educação enquanto norteador de políticas educacionais de Feira de Santana e sua relação com o tema da Educação Quilombola. Os seus objetivos específicos consistem em: a) Sistematizar os estudos sobre o município de Feira de Santana a partir do debate do Território de Identidade do Portal do Sertão, b) Mapear o cenário das comunidades quilombolas e suas escolas nos distritos de Feira de Santana, c) Analisar o Plano Municipal de Educação enquanto norteador de políticas educacionais de Feira de Santana e sua relação com o tema da Educação Quilombola e dos demais documentos que circundam e consubstanciam o debate, e por fim d) Acompanhar e Avaliar a implantação de metas e estratégias no sistema de ensino do município de Feira de Santana a partir do debate da Educação Quilombola.

**MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

O ponto de partida para este estudo foi a categoria de análise “Educação Quilombola”. Dentro do universo ampliado da Educação do Campo, a Educação Quilombola anuncia a necessidade de “[...] salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos” (CARRIL, 2017, p. 543). O tema revelou-se importante na perspectiva da diversidade socioeducacional e cultural do campo, na discussão da desigualdade sócio territorial e nas correlações com as políticas educacionais municipais, territoriais e nacionais. Nesta perspectiva, “Política Educacional” foi, portanto, uma outra categoria de estudo que trouxe subsídio para a compreensão do debate em torno do Plano Municipal no trabalho.

A partir de uma análise documental (CELLARD, 2008), o PME enquanto documento que elucida o planejamento educacional do município, sua compreensão territorial e suas intencionalidades políticas (na ausência ou na demarcação precisa das pautas socioeducacionais existentes). A pesquisa se debruçou sobre o PME de Feira de Santana, um município de inegável relevância para o Território de Identidade do Portal do Sertão. Feira de Santana tem na sua história o percurso de comunidades quilombolas que evidencia as riquezas dos legados culturais tradicionais ao tempo que os desafios e as contradições da resistência na sociedade hegemonicamente pensada como “território desenvolvimentista” de cidade grande, que acolhe um entroncamento rodoviário de grande proporção, pautado na perspectiva de progresso, setor comercial e produtivo e formação tecnicista para a sua população. Nesta complexidade territorial, Feira de Santana tornou-se a terceira dimensão do estudo.

Na análise documental com a abordagem objetiva que de acordo com Cellard (2008, apud Favero, Centenario, 2019) é necessário fazer uma análise dos aspectos sociais, históricos vividos no processo de elaboração dos documentos, pois temos uma dificuldade para reter informações ao longo do tempo e analisá-las no distanciamento, portanto é preciso observar esses aspectos. A importância desta observação é buscar compreender e perceber os indicadores de interferências na elaboração do documento, as consequências e o contexto no qual ocorreu a construção do documento, ou seja, uma tentativa de leitura da conjuntura e das posturas dos grupos sociais, coletivos e representações anunciadas como participantes do processo e registradas no produto final.

Cellard (2012) afirma também que o documento confirma através do escrito algo que a memória não é capaz de fazer e demonstra a relevância da análise, entendendo a totalidade, os fatos e acontecimentos em torno do documento. Assim é preciso problematizar e buscar compreender as dimensões de análise, sem deixar o ser pesquisador influenciar durante a leitura do documento.

Outro ponto importante para o autor, são os passos traçados para alcançar as análises como, por exemplo: “leitura do contexto, quem o escreveu, autenticidade do texto e a natureza do texto”. Diante disso a estratégia utilizada para alcançar estas análises foi a avaliação por rubricas como instrumento de coleta de dados em pesquisa documental (ABREU, SILVA, CAVALCANTE, 2023; ALVES, PEREIRA & PEIXOTO, 2023) que serviu de base para organização e análise na coleta de dados referente às metas e estratégias previstas no PME e que está em anexo por meio de uma tabela.

Para dar conta desta proposta de pesquisa documental foram utilizados os Plano Nacional de Educação (2014), Plano Municipal de Educação (2015), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012), o Decreto nº 7.352 de 2010 que “Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Referencial Curricular Municipal para a Educação Escolar Quilombola (FEIRA DE SANTANA, s/d).

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

O PME do município de Feira de Santana que consiste como o centro ou pólo principal do território Portal do Sertão, possui avanços referente a aspectos descritos nas metas e estratégias no que concerne a relação com o território, mas principalmente em relação com a Educação do Campo e a Educação Quilombola. Ficou claro, estudando o documento, que houve uma disputa para inserção de vários setores e grupos representados e principalmente aqueles que anseiam ser incluídos e ter suas pautas incluídas nas políticas públicas do município.

A construção do Plano Municipal trouxe indicadores de um processo de participação democrática (tendo em vista a metodologia apresentada no documento), com os representantes da sociedade civil e instituições que elaboraram e deixaram as suas contribuições feitas a partir da leitura da realidade.

A equipe de trabalho contou com representantes dos níveis da educação básica, através do sindicato dos professores APLB, gestores, funcionários nos níveis Estadual e Municipal, professores do ensino superior, das instituições públicas como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), ensino técnico, educação do campo, educação de jovens e adultos e entre outros setores como relações étnico raciais e educação profissional e tecnológica, do campo, o ensino privado, ONGs, Ministério Público, Conselho Municipal do Município, representação estudantil e da sociedade civil.

Houve a articulação para a inserção das questões que envolvem principalmente as comunidades quilombolas e do campo para serem pautados como sujeitos de direitos e para elaboração de políticas públicas. Essa cobrança e tensões com o órgão público vem aumentando na perspectiva de terem seus direitos assegurados tendo em vista o aumento dos indicadores populacionais quilombolas no Brasil, como visto no último censo do IBGE, como aponta a matéria do G1 (2023) “Censo do IBGE: Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas”.

Os resultados divulgados esse ano referente ao ano de 2022, mostram o município ocupa a quinta posição no estado com o maior número de quilombolas, como aponta a matéria do G1 Globo(2023) “Bahia tem maior nº de quilombolas no país; 5 das 10 cidades de maiores populações quilombolas ficam no estado, aponta Censo do IBGE são elas Senhor do Bonfim, Salvador, Campo Formoso, Feira de Santana e Vitória da Conquista”.

Vale ressaltar, que a pesquisa aponta para uma visão uma política desenvolvimentista neoliberal, promovida pelo poder público Municipal que não leva em consideração as comunidades rurais (do campo) e as comunidades tradicionais presentes com a devida atenção que o direito constitucional exige. Uma dessas comprovações foi perceptível durante a fala do prefeito Colbert Martins Filho, em comemoração aos 190 anos de Feira em 18 de setembro deste ano, ao afirmar “o mundo não é feito mais de zonas rurais”. (fala amplamente divulgada nas redes sociais)

Além disso, a forma como o município de Feira de Santana lida com os aspectos político educacionais para o campo e suas comunidades quilombolas, indica sua negligência com o tema, não havendo uma atenção devida e nem demonstrando condições dignas de instituir a Educação Escolar Quilombola em suas comunidades, como previsto pela legislação (BRASIL, 2012).

O período de execução do PME está perto de findar e não existe um acompanhamento efetivo, temos dificuldades com a divulgação dos dados nos sites da Secretaria referente às metas e estratégias e que provavelmente não serão cumpridas demonstrando o não interesse e a negação de direitos conquistados e que o poder público parece não dar visibilidade ou concretude.

Dessa forma, a pesquisa proporcionou uma formação consistente, pois me fez compreender como ocorre o processo de elaboração das Políticas Públicas educacionais.

A vivência em comunidade, promoveu uma maior compreensão entre o debatido e o vivido, observar as lutas, os tensionamentos, as negações de direitos básicos e as estratégias necessárias para enfrentar esse campo de disputa de interesses que ocorre dentro das formulações das políticas públicas. E principalmente voltada para grupos sociais que foram e são historicamente negligenciados como os povos do campo e quilombolas.

## Referências

- BRASIL. DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. “*Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.*” Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acessado em julho de 2020
- BRASIL. Ministério da Educação . Educação do Campo Marcos Normativos: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão: Brasília Secadi,2012.
- BRASIL. Presidência da República. Lei. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 01 de abril de 2021.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012.
- BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil
- CAVALCANTE, Ludmila O. Holanda. SILVA, *Fábio Dantas de S. Educação do Campo, Classes Multisseriadas e Fechamento de Escolas na zona rural: o que a formação em Pedagogia tem a ver com isto?* IN.: HAGE, Salomão; LIMA, Iranete Maria da S; SOUZA, Dilenio Dústas Lucas de (Orgs). ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO: perspectivas da (multi)seriação. DITORA CRV Curitiba - Brasil, 201
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017. p. 543.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.
- DOURADO, L. F. . Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. — Brasília : Inep, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudencio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do sec.XXI. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, 2011 v.16. p.235-274.
- FONSECA, Francisca das Virgens. A relação educação e sociedade nos processos de fortalecimento e reconhecimento de territórios das Comunidades Tradicionais Quilombolas: o caso da Fazenda Candeal. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA.
- GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Educ. Soc., Campinas, v.30, n.109, p. 1059-1079, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400007&lng=en&nrm=iso)
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41,nov. 2001
- MUNARIM, A. Educação do campo e LDB Uma relação quase vazia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 493-506, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/707/694>

MUNARIM, A. Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. 35º Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG. 2008. Disponível em <https://anped.org.br/biblioteca/item/movimento-nacional-de-educacao-do-campo-uma-trajetoria-em-construcao>. Acessado em 10/03/2010SILVA,2020;

SANTOS, Jucélia Bispo dos et al. Comunidades quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: direito, território e identidade. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. Trabalho preparado por solicitação do GT-05: Estado e Política Educacional, para ser apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, 2008

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético. **O método dialético na pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados**, p. 131-152, 2014.